

ATA DE REUNIÃO Nº 06/2026

Pauta:

- 1 - Apreciação e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do COMUSAN realizada em 08 de junho de 2026;
- 2 - Aprovação da Minuta do Edital e calendário da eleição;
- 3 - Aprovação do Plano de Curso para a eleição (calendário);
- 4 - Discussão Inicial sobre o documento orientador de integridade e prevenção de conflitos de interesse do OBSANPA;
- 5 - PLAMSAN: Apresentação do rito de construção de um plano municipal + consulta pública;
- 6 - Apresentação do relatório da visita técnica ao Hospital Municipal do Tatuapé;
- 7 - Identificações dos conselheiros do COMUSAN (coletes);
- 8 - Divulgação do COMUSAN para as nutris CRN-3 (Márcia);
- 9 - Informes.

Participantes Governo:

Mario Affonso - SESANA

Mariana Oliveira Iamamoto - SESANA

Patrícia Vieira – SMS

Aloisio Areias Bezerra - SMDDET

Johnata Rony da Silva Guimarães – SMDHC

Amanda Bianchi – SME

Rosana Rodrigues - SMG

Participantes Sociedade Civil:

Marcia Alessandra – SOMAR

Daniele Custódio - Instituto Kairós

Francisco Luciano Lima - Associação da Comunidade do Jardim Tiro ao Pombo

Marcionilia Nunes – GARMIC

Denise Meira – Serviço Social do Comércio

Maria Paula de Albuquerque - CREn

Sonia Império – Rede Butantã

Solange Schenfeld - CEJAM

Kelly Sanchez - Céu Estrela Guia

Jordano Roma - Ruralis Ambiente

André Luzzi - Fórum Paulista de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Convidados: Cristiana Maymone - (MDS), Marina Abrão, Ligia Salomão – (SMDHC), Jordana Fernandes - (SMDHC), Beatriz Sampaio – (SESANA),

Às 09h40min do dia 25 de junho de 2026, no Auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), situado na Rua Líbero Badaró, 119, Centro, realizou-se a sessão plenária com a presença de 23 pessoas, atingindo-se o quórum mínimo de 14 integrantes estabelecido pelo Regimento Interno. O pleno foi conduzido pela Presidente Márcia, contando com o apoio da Coordenadora Daniele Custódio Gonçalves das Neves. No início dos trabalhos, os conselheiros presentes realizaram suas apresentações individuais, informando as respectivas entidades representadas e as comissões das quais fazem parte.

Dando início aos temas da pauta, a Conselheira Maria Paula apresentou atualizações sobre o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), informando que a elaboração do segundo plano está em fase final, encontrando-se atualmente sob análise das secretarias para ajustes necessários. Ressaltou-se a complexidade da divisão de responsabilidades entre diferentes pastas e a viabilidade dos indicadores para as metas estabelecidas. Houve destaque para o atraso na consulta pública, cuja data de início, originalmente prevista para o dia 7, foi postergada para o dia 21. A conselheira enfatizou a necessidade de o COMUSAN manter proximidade com a coordenação dos

trabalhos, representada pela Sra. Beatriz (SESANA), para garantir o acompanhamento dos prazos e do lançamento do plano no portal Participe Mais.

Complementando a discussão, a Conselheira Patrícia manifestou preocupação quanto ao prazo previsto para a consulta pública, estimado entre duas a três semanas. Segundo a conselheira, tal período é insuficiente para a avaliação adequada de um documento tão extenso e complexo como o PLAMSAN, sugerindo que um prazo maior, como o de um mês, seria mais apropriado para garantir a qualidade das contribuições. Na sequência, o Conselheiro André Luzzi propôs uma recomendação formal do Conselho voltada ao alargamento do referido prazo, bem como à elaboração de um material explicativo ou tutorial para orientar o uso da plataforma digital, avaliada como pouco intuitiva. Em sua argumentação, ponderou que prazos reduzidos podem tornar o processo meramente protocolar, defendendo que a consulta deve ser acompanhada de uma estratégia robusta de comunicação. O conselheiro ressaltou que a simples publicação em Diário Oficial ou no portal Participe Mais não assegura a participação social, enfatizando a urgência de vincular o lançamento da consulta a uma campanha ativa de divulgação e orientação à população. Para ilustrar os pontos levantados, o Conselheiro André realizou uma demonstração prática do funcionamento da plataforma Participe Mais aos presentes. Por fim, defendeu que o COMUSAN deve pleitear uma participação mais abrangente no processo, que extrapole a revisão técnica do documento, visando fortalecer o papel estratégico do Conselho na garantia do efetivo controle social.

Retomando a palavra, a Conselheira Maria Paula ressaltou a importância de preservar a memória das propostas validadas nas conferências e oficinas, destacando a legitimidade da representação da sociedade civil na construção do plano. Argumentou que o Conselho deve estar atento para que as metas e ações pactuadas anteriormente sejam refletidas no documento final. Em contrapartida, o Conselheiro André Luzzi manifestou descontentamento com a condução dos trabalhos no Grupo de Trabalho (GT), relatando que propostas estratégicas da sociedade civil, como a adoção de um plano decenal em substituição ao quadrienal, não foram acolhidas. O conselheiro criticou a rigidez da plataforma Participe Mais, que tende a limitar a participação a revisões superficiais de texto, e expressou desconforto com a metodologia de debate adotada, que, em sua visão, desqualificou contribuições da sociedade civil em diversas ocasiões. Ressaltou, ainda, que o prazo da consulta pública, embora fundamentado em decretos do Executivo, deve ser passível de alteração para assegurar um processo verdadeiramente democrático. Diante da relevância do tema, a Presidente Márcia propôs, como encaminhamentos, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico no âmbito do Conselho para acompanhar o desdobramento do PLAMSAN, bem como a elaboração de uma nota técnica

consolidando todas as observações levantadas na reunião, a ser encaminhada formalmente aos responsáveis pelo Plano.

Na sequência, a Presidente Márcia submeteu à apreciação do Pleno a aprovação da ata da reunião extraordinária realizada em 08 de junho de 2026. Informou-se que o documento havia sido previamente encaminhado a todos os conselheiros via e-mail para leitura e análise. Não havendo manifestações contrárias ou objeções, a referida ata foi declarada aprovada. Prosseguindo com a ordem do dia, a Presidência submeteu à aprovação a minuta do edital e o calendário eleitoral, também enviado previamente por correio eletrônico. O Conselheiro André Luzzi detalhou as diretrizes do processo eleitoral, fundamentado na organização por seis segmentos da sociedade civil, enquanto o poder público indicará seus representantes por designação. Foi destacado que o lançamento oficial do edital ocorrerá em 14 de julho de 2026, durante o evento "COMUSAN CONECTA", após a devida publicação no Diário Oficial.

O Conselheiro André ressaltou a obrigatoriedade do processo formativo para os candidatos, que consistirá em seis etapas nos territórios, abordando temas como o SISAN, o plano municipal e as atribuições do cargo. Enfatizou-se o papel da Comissão Eleitoral na fiscalização e certificação dessas atividades para garantir a legalidade do pleito. Durante a explanação, reforçou-se a necessidade de sensibilizar novos candidatos sobre a responsabilidade da função, que exige comprometimento com a fiscalização e produção de documentos públicos, tratando-se de um serviço não remunerado, porém de alto interesse público. O conselheiro também esclareceu a natureza ativa da suplência no COMUSAN, destacando que o suplente deve atuar na ausência do titular em reuniões, comissões ou audiências, mantendo-se sempre alinhada às deliberações. A Conselheira Maria Paula sugeriu que o momento da posse seja utilizado para reforçar esse caráter formativo e a integração entre titulares e suplentes, propondo inclusive registros fotográficos conjuntos para fortalecer o vínculo entre os pares. Após os debates, a Presidente Márcia consultou o Pleno sobre a aprovação da minuta do edital e do calendário eleitoral; não havendo objeções, os documentos foram declarados aprovados por unanimidade.

Dando continuidade, a Conselheira Maria Paula detalhou o cronograma de formação dos novos conselheiros, que contará com seis oficinas territoriais distribuídas entre as regiões Leste (duas), Centro (uma), Oeste (uma), Norte (uma) e Sul (uma, na STS Campo Limpo), previstas para ocorrer entre julho e outubro. Informou-se que a definição das datas específicas para a realização desses encontros ficará a cargo da Comissão Eleitoral e da Comissão Permanente. Ressaltou-se a necessidade de apoio logístico da SESANA para a estruturação dos encontros, incluindo a provisão de alimentação via Banco de Alimentos. O processo contará com a participação de representantes da gestão (SESANA, SMS, SME e SMADS) e da sociedade civil (Dani, Vera e Isabela). O

Conselheiro André Luzzi explicou que a metodologia será pautada na educação popular, utilizando dinâmicas como a do "Prato Cheio" para mobilizar as experiências práticas, evitando termos técnicos excessivos para facilitar a compreensão dos conceitos de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHANA), soberania e segurança alimentar. O conteúdo programático abordará o funcionamento do sistema, a Lei Orgânica, as atribuições dos conselheiros e os procedimentos burocráticos do edital. Por fim, destacou-se que essas atividades formativas visam também semear a instalação das comissões regionais nas seis macrorregiões do conselho.

Ainda sobre a organização das oficinas, a Conselheira Maria Paula compartilhou preocupações quanto ao risco de esvaziamento dos eventos, sugerindo a avaliação de horários alternativos, como finais de semana, e a possibilidade de adoção do formato híbrido para reduzir dificuldades de deslocamento. O Conselheiro André Luzzi ponderou que, em caso de participação remota, devem ser adotados critérios rigorosos de verificação de presença, como a obrigatoriedade de câmeras ligadas e identificação por documento. Como estratégia adicional, o conselheiro propôs a realização de uma última oficina online para "repescagem" de interessados que não puderam comparecer às etapas territoriais, além de utilizar a primeira hora da Assembleia para reforço da capacitação. Quanto à infraestrutura, foram confirmados os locais: CRESAN Butantã (Oeste), Subprefeitura Brasilândia (Norte), SMDHC (Centro) e STS Campo Limpo (Sul). Ressaltou-se a necessidade de emissão de ofícios para a formalização dos espaços na Subprefeitura Brasilândia e na STS Campo Limpo. A Conselheira Mariana Iamamoto (SESANA) ficou responsável por verificar a viabilidade de dois locais pendentes na região Leste, bem como a provisão de alimentação para as oficinas e para o evento "COMUSAN CONECTA" por meio do Banco de Alimentos, em decorrência de trâmites administrativos para a contratação de serviços de café pela Secretaria. Ao final da discussão, a Presidente Márcia submeteu o Plano de Curso para a eleição e o calendário à votação, sendo ambos aprovados por consenso dos conselheiros presentes.

Dando continuidade à pauta, a Presidente Márcia introduziu a discussão inicial sobre o documento orientador de integridade e prevenção de conflitos de interesse do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (OBSANPA). O Conselheiro André Luzzi informou que o tema foi objeto de uma reunião técnica ampliada na semana anterior, visando a construção de um instrumento para prevenir, coibir e educar sobre conflitos de interesse, além de estabelecer sanções éticas. Ressaltou que o documento abrangerá novas camadas de integridade, como o combate aos assédios moral e sexual no ambiente de pesquisa, e o desafio do uso da inteligência artificial pautado nos direitos humanos. Foram citadas referências internacionais da UNESCO e do Conselho de Segurança Alimentar da ONU (Roma) sobre governança de pesquisa. Como encaminhamento, previu-se a apresentação de uma minuta na

plenária de julho, além da consulta a boas práticas de outros órgãos, como a Controladoria Geral do Município (CGM) e o Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde. A Conselheira Maria Paula propôs que o lançamento oficial do documento ocorra durante o próximo evento "COMUSAN CONECTA", consolidando-o como uma entrega da atual gestão.

Dando continuidade, a Conselheira Maria Paula relatou o convite para a participação na Bienal do Livro, por meio do projeto "Segundo Panorama de SAN", agendada para o dia 11 de setembro, às 10 horas, no Espaço Educação. O painel terá como foco o recorte da "Ciência Cidadã" e contará com a participação de artistas, designers, jovens cidadãos e pesquisadoras, sendo estas as protagonistas do debate sobre a experiência territorial. Ficou deliberado que o Conselheiro André Luzzi ocupará a cadeira de representação do COMUSAN no referido painel. No que tange à logística, a Conselheira Mariana Iamamoto informou a disponibilização de uma van para o transporte dos conselheiros interessados, com saída prevista para as 09h00 do Vale do Anhangabaú e retorno às 12h00. Adicionalmente, a conselheira comprometeu-se a verificar junto ao Secretário Executivo da SESANA, Sr. Vitor Arruda, a viabilidade de obtenção de ingressos para o evento. Como sugestão adicional para a identidade visual do Conselho na Bienal, propôs-se a confecção de camisetas personalizadas do COMUSAN. A Conselheira Solange ficou responsável por verificar a produção com um profissional de confecção, enquanto o Conselheiro Aloísio também verificará a viabilidade de produção, possivelmente por meio do curso de Educação Profissional na área de costura.

Na sequência, a Presidente Márcia passou ao próximo ponto de pauta: o relato da diligência realizada no Hospital Municipal de Tatuapé pela equipe composta pelos conselheiros André, Solange, Francisco e pela própria Presidente. A visita foi motivada por uma intimação para averiguar denúncias sobre a qualidade dos alimentos e o controle higiênico-sanitário da unidade. Durante a inspeção, baseadas na legislação sanitária vigente foram avaliadas a estrutura física da produção, refeitório e copas, além das condições de higiene, equipamentos e quadro de pessoal. O grupo foi recebido pela nutricionista Juliana Aparecida Rodrigues de Andrade, responsável pela nutrição do hospital e pela fiscalização do serviço terceirizado. Constatou-se que as denúncias não se confirmaram, observando-se um rigoroso controle de boas práticas, com procedimentos documentados em planilhas de temperatura e higienização. A Presidente Márcia ressaltou a ausência de vetores ou irregularidades graves, notando apenas um reparo pontual no teto do lactário que já estava sendo executado.

Apesar do parecer positivo quanto à higiene, os conselheiros apontaram desafios operacionais, como a sobrecarga de trabalho das nutricionistas da Prefeitura e a necessidade de ampliação do quadro profissional. Observou-se que as copas de apoio são pequenas para a demanda, embora reformas já

estejam em curso. O Conselheiro André Luzzi destacou a complexidade da gestão do hospital e a importância de garantir a visibilidade do COMUSAN como canal de denúncias, sugerindo a fixação de cartazes informativos nos equipamentos de SAN. Apontou-se ainda uma falha estrutural no fluxo de recebimento de alimentos, que está sendo desviado devido a uma reforma em andamento. Por fim, a Conselheira Mariana Iamamoto (SESANA) esclareceu o fluxo da Ouvidoria, ressaltou a distinção técnica entre "reclamação" e "denúncia".

Dando prosseguimento, a Presidente Márcia abordou a questão da identificação dos conselheiros durante as diligências, ponto levantado anteriormente pelo Conselheiro André devido às dificuldades de reconhecimento institucional enfrentadas no Hospital de Tatuapé. Atualmente, a identificação é realizada mediante a apresentação do certificado de posse e do RG, contudo, reforçou-se a necessidade de estratégias mais eficazes, como o uso de crachás e coletes padronizados. Observou-se, ainda, o desconhecimento sobre o COMUSAN por parte de profissionais da rede, exemplificado pela nutricionista da unidade visitada. Nesse sentido, propôs a articulação com conselhos de categoria, como o CRN, para divulgar as atribuições do Conselho, para fortalecer a comunicação com a força de trabalho do sistema. A Conselheira Mariana sugeriu o uso de monitores nos Armazéns da Cidade para a veiculação de vídeos educativos, mencionando também a produção de um banner que está em produção.

O debate estendeu-se à necessidade de qualificação técnica dos conselheiros sobre o fluxo de denúncias, visando distinguir atribuições legais do Conselho daquelas afetas a órgãos de fiscalização específica, como a Vigilância Sanitária. A Presidente propôs a inclusão deste tema na formação dos novos conselheiros. Por fim, discutiu-se a importância de consolidar uma Carta de Serviços de Segurança Alimentar e Nutricional, baseada nas leis de transparência e de proteção aos usuários de serviços públicos. Apontou-se que, atualmente, os serviços estão fragmentados entre diferentes pastas, sendo necessária uma unificação que facilite o acesso e o controle social, integrando inclusive o direito de participação social nesta estrutura.

No último item da pauta, estava prevista a apresentação do PLAMSAN pelo Conselheiro Jordano; contudo, devido ao adiantado da hora, a atividade foi postergada para a próxima sessão plenária.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual eu, Mario Affonso, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e pela Presidente.

Encaminhamentos

Nº	Descrição do encaminhamento	Responsável	Prazo
01	Criação de Grupo de Trabalho (GT) e elaboração de nota Técnica	Secretaria Executiva	
02	Ofícios: Emitir ofícios para reserva de espaços na Subprefeitura Brasilândia STS Campo Limpo	SESANA	Próxima plenária
03	Verificar ingressos e transporte Para Bienal	SESANA	Até 30/08/2026
04	Relatório da diligência no Hospital da Mooca	Conselheira Sheila	Próxima plenária

Mario Affonso Neto
Secretário Executivo

Márcia Alessandra dos Santos Franco
Presidente (a)